



ESTADO DE GOIÁS

OFÍCIO MENSAGEM Nº 494/2023/CASA CIVIL

Goiânia, 26 de dezembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual Bruno Peixoto
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Palácio Maguito Vilela
74884-120 Goiânia/GO

Assunto: Veto parcial ao Autógrafo de Lei nº 935, de 2023 .

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Ofício nº 1.462/P (SEI nº55139048), de 26 de dezembro de 2023, que encaminhou à Governadoria o Autógrafo de Lei nº 935, da mesma data. Da autoria da Governadoria, ele tramitou na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás – ALEGO com o Processo nº 2023010118 (SEI nº55144094) e na Secretaria de Estado da Casa Civil – CASA CIVIL com o Processo nº202300013003142. Autoriza-se o Estado de Goiás a adotar o modelo de gestão de que trata a Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para a oferta de bens e cuidados de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS na rede estadual. Evidencia-se que, durante o trâmite legislativo no Parlamento, houve emenda modificativa para criar, na Secretaria de Estado da Saúde, a Gerência de Gestão de Fundo Rotativo, conforme o art. 3º do autógrafo. Comunico-lhe que, no uso da competência a mim conferida pelo § 1º do art. 23 da Constituição estadual, decidi vetar o referido dispositivo, com base nas razões expostas a seguir.

RAZÕES DO VETO

Sobre a constitucionalidade e a legalidade, com fundamento nos Despachos nº 651/2022/GAB/PGE (SEI nº55153818) e nº 1.422/2021/GAB/PGE (SEI nº55153852), ambos da Procuradoria-Geral do Estado – PGE, constatou-se que o art. 3º do autógrafo, decorrente da emenda parlamentar, apresenta vício de iniciativa. Os referidos expedientes da PGE analisaram autógrafos de lei de iniciativa parlamentar que pretenderam alterar a organização do Executivo e/ou criar despesas a esse Poder. Nesses despachos, o órgão já havia advertido que os autógrafos examinados possuíam vício de iniciativa, porque é competência privativa do titular do Governo organizar o funcionamento do Poder Executivo, conforme o disposto no inciso XVIII do art. 37 da Constituição estadual. Sabe-se que cabe exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de lei que disponha sobre a criação de unidades na estrutura do Poder Executivo, as atribuições, bem como o funcionamento de órgãos públicos. Além disso, seria desconsiderado o princípio da separação dos Poderes, previsto no art. 2º da Constituição federal, o que tornaria as

pretendidas normas também inconstitucionais sob o aspecto material. Portanto, a mesma lógica é aplicada ao art. 3º do Autógrafo de Lei nº 935, de 2023, ora analisado.

Quanto ao aspecto econômico, caso fosse aprovado, o art. 3º do autógrafo implicaria aumento de gastos pelo Poder Executivo, por buscar alterar a organização do Poder Executivo para criar 1 (uma) nova unidade administrativa. Para isso, seria necessária a apresentação da estimativa de impacto orçamentário-financeiro, nos termos do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição federal c/c os arts. 15 a 17 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que não foi anexada ao processo legislativo. O estudo também deveria demonstrar a adequação da proposta ao Regime de Recuperação Fiscal – RRF, em atenção à Lei Complementar federal nº 159, de 19 de maio de 2017.

Ademais, convém registrar que o aumento de despesas primárias, como as com pessoal, não pode ocorrer sem a aprovação prévia do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal – CSRRF e sem a previsão na Lei do Orçamento Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano de Recuperação Fiscal deste Estado.

Assim, em razão dos fundamentos expostos, decidivetaro art. 3º do Autógrafo de Lei nº 935, de 2023, sobretudo por sua inconstitucionalidade. Fiz isso por meio do despacho dirigido à CASA CIVIL, inclusive com a determinação de serem lavradas as razões que ora subscrevo e ofereço a esse Parlamento.

Atenciosamente,

RONALDO CAIADO
Governador do Estado